

BANCÁRIOS NA LUTA

Ano II | 8 de Novembro de 2018 | Nº 46

JORNAL DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS E FINANCIÁRIOS DE BAURU E REGIÃO

UMA ENTIDADE FILIADA À 

Revelações e estratégias do governo Bolsonaro alertam os trabalhadores

No dia 28 de outubro, Jair Bolsonaro, do PSL, foi eleito o 38º presidente da República, com 57.797.847 votos (55,13%). Para o **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** o motivo de Bolsonaro ter ganhado a eleição não foi pelo fato de que seu eleitorado concorde com suas ideias, mas sim, como uma forma de castigo ao PT (que nasceu como um partido dos trabalhadores, mas ao se aliar com banqueiros, grandes empresários e a velha política, cometeu os mesmos erros dos partidos tradicionais). Dizem que Jair Bolsonaro ganhou por, na teoria, ser diferente de PT, PSDB, MDB e tantos outros partidos. O **Sindicato** não pensa assim: Bolsonaro está na política há mais de 30 anos e pouco ou nada fez para se diferenciar de fato dos demais políticos, inclusive agora depois de eleito, conta com o apoio desses. No discurso da vitória, Bolsonaro afirmou que o novo governo será um “defensor da Constituição, da democracia e da liberdade”. Não acreditamos nisso! Veja abaixo, questões polêmicas que podem afetar diretamente os trabalhadores neste governo.

Direitos trabalhistas

Bolsonaro criará a carteira de trabalho “verde e amarela”. A nova carteira permitirá que o contrato individual de trabalho prevaleça sobre a CLT, ou seja, sem a garantia da legislação trabalhista. Ela deverá ser obrigatória para quem entrar no mercado de trabalho a partir de sua criação e substituirá a original a quem aderir-lá. Além disso, seu vice, General Mourão, e seu super ministro, Paulo Guedes, já aventaram a retirada de diversos direitos trabalhistas. Bolsonaro já afirmou: “o trabalhador terá que escolher entre mais direito e menos emprego, ou menos direito e mais emprego”.

É preocupante a possibilidade de extinção do Ministério do Trabalho, que mesmo precariamente, fiscaliza abusos na relação entre patrão e empregado.

O **Sindicato** entende que retirada de direitos nem sempre resulta em geração de emprego, vide a reforma trabalhista.



Extinção do Ministério do Meio Ambiente

Mantendo uma das propostas da campanha, Bolsonaro pretende extinguir o Ministério do Meio Ambiente, através da fusão com o Ministério da Agricultura (Mapa). A medida antagônica e extremamente criticada por parlamentares, ambientalistas, economistas, setores do agronegócio e entidades da sociedade civil organizada, tende a reprimir as políticas ambientais no país.

Para o **Sindicato**, é inaceitável que a proteção do meio ambiente seja subordinada ao Mapa, que visa o lucro em cima da biodiversidade do país.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Bolsonaro já se mobiliza, juntamente com Temer, para aprovar a reforma da Previdência ainda neste ano. A base do texto, seria a da atual reforma, com homens se aposentando aos 65 anos de idade e 25 anos de tempo de contribuição. Mas, para garantir a aposentadoria integral, além de atingir a idade mínima, será necessário ter 40 anos de tempo de contribuição. No caso das mulheres, a idade mínima será de 62 anos e 25 anos de tempo de contribuição. Além disso, há o veto do acúmulo dos benefícios da aposentadoria e da pensão por morte, entre outros grandes ataques aos trabalhadores e aposentados.

Posteriormente, o futuro presidente pretende realizar uma nova reforma, seguindo um modelo de capitalização a exemplo do que a ditadura Pinochet fez no Chile (esse modelo está sendo revertido, já que resultou na maioria dos aposentados recebendo menos que um salário mínimo). O **Sindicato** alerta: mais uma vez, só os trabalhadores serão afetados pela reforma, já que ela não acaba com os privilégios dos militares e do judiciário.

Criminalizar manifestações contra governo

Magno Malta (PR-ES), aliado de Bolsonaro, tenta colocar em votação a ampliação da lei antiterrorismo, a fim de criminalizar movimentos sociais e qualquer ação que vá contra o governo. Para o **Sindicato**, esse projeto rompe com o estado democrático e é uma forma do governo censurar a liberdade de manifestação e o direito de ir e vir.

Privatizações

O presidente pretende privatizar 100 estatais, usando o modelo “golden share”, onde o governo detém direitos sobre a empresa, como poder de veto em determinadas decisões, mesmo depois que ela é vendida. Quais serão as estatais que serão vendidas? Para onde vai todo esse dinheiro?

Caixa paga R\$97 mil a terceirizada

Trabalhadora foi contratada como recepcionista mas atuava como bancária em agência de Bauru

Uma trabalhadora terceirizada, que foi contratada em 2009 pela empresa Delta Locação de Serviços e Empreendimentos para trabalhar nas dependências da Caixa Econômica Federal como recepcionista, e que na verdade, atuou como bancária, venceu ação trabalhista contra o banco, recebendo R\$ 97 mil de indenização.

Com jornada de 9 horas de trabalho, sendo 30 minutos de intervalo, a trabalhadora realizava atividades típicas e inerentes a categoria bancária, como solicitação e entrega de cartão cidadão aos clientes (entrando no sistema de dados da Caixa com a senha fornecida pelos gerentes

da unidade); retirava o extrato analítico de correntistas, e extratos de PIS; verificava saldos de contas correntes e de FGTS (tudo para a realização de triagem que direcionaria o cliente para um dos bancários da Caixa Econômica); respondia ofícios enviados pelos juízes e com o fechamento da agência, permanecia no local, auxiliando os clientes no caixa eletrônico até as 17 horas.

Durante todo o seu expediente, não havia nenhuma chefia da empresa Delta, somente do próprio banco, o qual ela obedecia todas as subordinções.

Em 2011, a trabalhadora foi demitida sem justa causa e procurou o **Sindicato dos**

Bancários de Bauru e Região visando reconhecimento da condição de bancária e pleiteando todos os benefícios da categoria, bem como as horas extras excedente a sexta diária.

Na ação foi destacada a terceirização em questão, que dava-se na prestação de serviços em atividade fim da empresa, ressaltando a impossibilidade de terceirizar atividades típicas de cargos e funções permanentes, inclusive da administração indireta.

Em primeira instância, foi julgada improcedente, mas, posteriormente, foi totalmente reformada pelo Tribunal (TRT15). No acórdão, a



desembargadora relatora, Larissa Carotta Martins da Silva Scarabelim asseverou: “Ora, evidente que a terceirização levada a efeito pelas 1ª e 2ª reclamadas foi ilícita, vez que atingiu atividade fim da 2ª

reclama, havendo, portanto, fraude”.

O **Sindicato dos Bancários de Bauru** considera imoral essa prática dos bancos públicos em desviar a função do trabalhador terceirizado.

Bancária vence ação de 7ª e 8ª horas contra a CEF e recebe R\$ 122 mil

A Caixa Econômica Federal teve de pagar pouco mais de R\$ 122 mil a uma bancária que exercia as funções de analista desde 2005 com jornada de oito horas, quando, na verdade, deveria ter jornada de seis horas.

Admitida em 1982, desde 2005, a trabalhadora exercia as funções de analista júnior, com jornada de trabalho diária de oito horas.

Como analista, desenvolvia as atividades operacionais do banco, como atendimentos por telefone e correio eletrônico, elaboração de ofícios, propostas de regularização de débitos, entre outras.

Em 2011, a bancária procurou o **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** para pleitear na Justiça o pagamento

das 7ª e 8ª horas trabalhadas.

A entidade mostrou à Justiça que a função de analista júnior exercida pela bancária não poderia ser considerada função “de direção, gerência, fiscalização, chefia e equivalentes”, conforme estabelece o artigo 224, §2º da CLT para que o bancário possa ter jornada maior que a normal – que é de seis horas.

O juiz Afrânio Flora Pinto, da 1ª Vara do Trabalho de Bauru, reconheceu a irregularidade das 7ª e 8ª horas e condenou o banco a pagá-las como horas extras com adicional e reflexos, com juros e correção monetária.

Nova cláusula

A CCT deste ano, negociada pela Contraf-CUT, impôs

várias armadilhas aos trabalhadores. As duas principais foram a criação da “taxa negocial”, que prevê o pagamento de 1,5% do salário e da PLR no mês posterior a assinatura do acordo, e a mudança na regra de cálculo da 7ª e 8ª hora.

Agora, quando o bancário acionar o judiciário pleiteando a 7ª e 8ª horas, o banco poderá descontar a gratificação de função do valor total ganho judicialmente, o que faz com que em alguns casos, como o dos assistentes, não compense entrar com ação com esse teor.

“É inacreditável o grau de degeneração dos cutistas”, afirma Pedro Valesi, funcionário do Banco Mercantil e diretor do Sindicato.

ESTE MÊS O SINDBAR É EM FARTURA, NO DIA 23!



BANDA RETRÔ LIVE

HITS 60' 70' 80' 90'

SHOW DE ABERTURA A PARTIR DAS 19 HORAS COM A DUPLA SERTANEJA MARIA EDUARDA E JULIA

LOCAL: CLUBE DA ESQUINA BOTEQUIM. RUA EMÍLIO DEL CISTIA, 100-198

ENTRADA GRATUITA!

Encerradas as eleições, BB anuncia mais uma reestruturação

Em 29 de outubro, dia seguinte à eleição de Jair Bolsonaro, o Banco do Brasil anunciou mais uma de suas reestruturações. Desta vez, a instituição está cortando 127 vagas, das quais 61 já estavam desocupadas. Assim, 66 funcionários serão atingidos (31 são de São Paulo e os 35 restantes estão distribuídos por Brasília, Belo Horizonte e Curitiba).

Segundo a Diretoria de Gestão de Pessoas (Gepes), esses bancários terão 30 dias (até 29 de novembro) para tentar uma realocação, tendo também prioridade na escolha de novas vagas em departamentos e na rede de

agências. Eles permanecerão no sistema do banco como “excedentes”, sem serem descomissionados.

Após os 30 dias, aqueles que não conseguirem reposição de vaga passarão por um processo de promoção através do banco de Talentos e Oportunidades (TAO).

Os que perderem a função vão receber a Verba de Caráter Provisório (VCP) por 4 meses, a partir de 3 de dezembro, bem como a PLR integral deste segundo semestre e o 13º salário.

Bauru

Os bancários de Bauru também estão sendo vítimas

dessa reestruturação. No último dia 17, foi anunciado o fechamento da Superintendência Estadual Oeste a partir do dia 2 de janeiro de 2019.

A consequência imediata disso, é que os 24 analistas lá lotados, precisam escolher entre mudar para São Paulo ou Ribeirão Preto para não terem seus cargos retirados. Até o fechamento desta edição, 9 trabalhadores optaram pela mudança de cidade.

O **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região**, está à disposição dos bancários que optarem por permanecer na cidade e irá cobrar do banco a prioridade para os descomissionados em futuras no-



Sindicato segue realizando protestos contra o desmonte do BB

meações ou até mesmo em eventuais ações individuais para manutenção salarial conforme previsto na Constituição. “Não se iludam! Esse

desmonte do banco é sua preparação para a privatização”, afirma Paulo Tonon, funcionário do Banco do Brasil e diretor da entidade.

Itaú, Bradesco e Santander divulgam lucros do 3º trimestre

Os três maiores bancos privados do País (Itaú, Bradesco e Santander) já divulgaram os resultados referentes ao terceiro trimestre. O Banco do Brasil vai divulgar seus números no dia 8.

Itaú

No dia 30, o Itaú anunciou que obteve lucro líquido de R\$ 18,772 bilhões de janeiro a setembro. O número é 3,46% maior que o do mesmo período do ano passado.

Já o lucro líquido recorrente (que não leva em conta receitas e despesas extraordinárias) foi de R\$ 19,255 bilhões, tendo crescido 3,52%.

O número de colaboradores do Itaú também cresceu, de 96.326 para 100.756. Especificamente no Brasil, o banco contava com 87.070 empregados ao fim do último mês de setembro – 4.669 a mais

que um ano antes. Quanto ao número de agências, o Itaú fechou duas unidades em 12 meses.

Santander

O Santander, no dia 31, anunciou lucro líquido societário de R\$ 8,831 bilhões nos primeiros nove meses do ano. Na comparação com o mesmo período de 2017, o lucro cresceu nada menos que 60,6%!

O lucro líquido gerencial, que exclui os fatores extraordinários, foi de R\$ 8,992 bilhões (24,9% maior).

O número de funcionários também aumentou, mas isso se deve ao fato de que, a partir do primeiro trimestre de 2018, o banco começou a contar o pessoal das empresas de tecnologia Produban e Isban (na ocasião, o informe de resultados do Santander

Brasil mostrou um acréscimo de 1.451 funcionários). A verdade é que, nos nove meses deste ano, o banco cortou 1.019 empregos.

Bradesco

No dia 1, o Bradesco divulgou lucro líquido de R\$ 14,004 bilhões entre janeiro e setembro, 28,87% mais alto que o do mesmo período de 2017. O lucro líquido recorrente foi de R\$ 15,764 bilhões (crescimento de 11,1%).

O banco encerrou setembro com 98.159 funcionários, mais 14.990 “contratados e estagiários”. Em setembro do ano passado, o Bradesco contava com 100.688 funcionários e 15.376 contratados e estagiários. A diminuição, nos dois casos, foi de 2,5%.

Para o **Sindicato** é uma afronta que no meio de uma crise financeira que afeta to-



da a população brasileira, os bancos sigam tendo aumento de lucro nessas proporções.

“A bancarização e o lucro

aumentaram, é preciso tratar mais!”, afirma Priscila Rodrigues, diretora do **Sindi-**

cato dos Bancários de Bauru.

Lucros de janeiro a setembro

	Lucro líquido (em R\$)	Varição
Itaú	18,772 bilhões	+ 3,46%
Bradesco	14,004 bilhões	+ 28,87%
Santander	8,831 bilhões	+ 60,6%

STF proíbe censura em universidades

Decisão veta ações policiais em universidades e garante a livre expressão de alunos e professores

Às vésperas do segundo turno das eleições, entre os dias 23 e 25 de outubro, universidades públicas de nove estados (RJ, MG, RS, MS, BA, PB, RN, CE e AM) foram alvo de operações policiais autorizadas por juízes eleitorais. As ações ocorreram para averiguar denúncias de campanha político-partidária dentro das universidades.

Em meio aos protestos contra as operações policiais, a presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministra Rosa Weber, disse que “a legislação eleitoral veda a realização de propaganda em universidades públicas e privadas [...], mas a vedação dirige-se à propaganda eleitoral, e não alcança, por certo, a liberdade de manifestação e de expressão, preceitos tão caros à democracia, assegurados pela Constituição da República de 1988”.

Então, no dia 26 a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, acionou o Supremo Tribunal Federal (STF) para garantir a liberdade de expressão e de reunião de estudantes e de professores nas universidades públicas. Dodge viu “indícios de lesão aos direitos fundamentais da liberdade de manifestação do pensamento, de expressão da atividade intelectual, artística, científica, de comunicação e de reunião”.

Já no dia seguinte, 27, a ministra do STF Cármen Lúcia concedeu a liminar pedida pela PGR, suspendendo os efeitos judiciais e administrativos que determinaram o ingresso de policiais em universidades públicas e privadas país. A liminar foi julgada pelo plenário do STF na última quarta-feira, dia 31.

Por unanimidade, os nove ministros presentes à sessão

seguiram o entendimento da relatora Cármen Lúcia, segundo a qual, “universidades são espaços de liberdade e libertação pessoal, social e política”.

Professores perseguidos

Logo após o anúncio da vitória de Jair Bolsonaro no dia 28 de outubro, Ana Caroline Campagnolo, eleita deputada estadual em Santa Catarina pelo PSL, abriu um canal de denúncias na internet contra professores “doutrinadores”, pedindo que alunos filmem ou gravem professores que façam “queixas político-partidárias em virtude da vitória do presidente Bolsonaro”.

Ana Caroline ainda pediu que o material fosse enviado com nomes dos professores, escola e cidade.

Felizmente, por determinação liminar do juiz Giuliano Ziembowicz, da Vara da

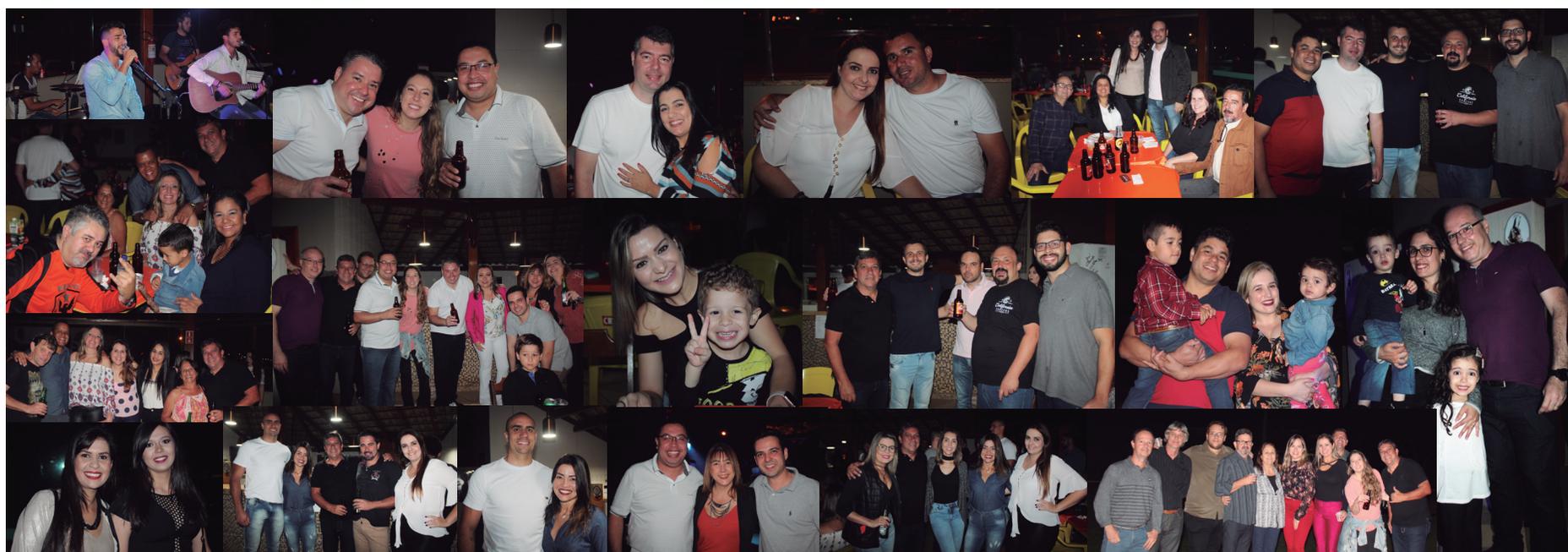


Infância e da Juventude de Florianópolis, a deputada foi obrigada a retirar as postagens. Segundo a decisão, a atitude fere diretamente o direito dos alunos de usufruírem a liberdade de expressão da atividade intelectual que deve ser exercida em sala de aula.

O Sindicato dos Bancários

de Bauru e Região defende a liberdade de atuação dos professores em sala de aula. Não podemos aceitar perseguições e ações arbitrárias como as que ocorreram às vésperas da eleição, tampouco às tentativas de intimidar reuniões e assembleias de estudantes, professores, ou qualquer outra categoria.

SindBar agita Avaré com dupla sertaneja



BANCÁRIOS NA LUTA

Jornal do Sindicato dos Bancários e Financiários de Bauru e Região / CSP-Conlutas //

Todas as opiniões emitidas neste jornal são de responsabilidade da Diretoria do Sindicato.

Redação e Diagramação: Diego Teixeira e Estela Pinheiro (com Diretoria). Edição: Diretoria. Sede: Rua Marcondes Salgado, 4-44, Centro, Bauru, SP - CEP 17010-040. Fone: (14) 3102-7270 / Fax: 3102-7272.

Subsede Avaré: Rua Rio Grande do Sul, 1.735. Fone: (14) 99868-5114. Subsede Santa Cruz do Rio Pardo: Rua Marechal Bittencourt, 414, Edifício San Rafael, Sala 103. Fone: (14) 99838-1160. Site: www.

seebbauru.org.br / E-mail: contato@seebbauru.org.br / Facebook: www.facebook.com/seebbauru